

ESMESC

SIMULADO SEMESTRAL 2024.1

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. As provas serão compostas por questões objetivas sobre os conteúdos das disciplinas concluídas no Módulo Conteúdos Jurídicos, quais sejam: Língua Portuguesa, Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito Empresarial.
2. As provas serão divididas por disciplina, sendo cada uma delas com 10 questões.
3. O aluno terá apenas **uma tentativa de resolução** das questões da prova.
4. A data de realização da prova será 12 de julho de 2024 (das 19h às 23h).
5. O tempo de realização da prova será de 04 horas. **ONLINE**, a prova deve ser iniciada e concluída nesse tempo. Após este período, o sistema fechará a atividade e somente o que foi respondido será enviado.
6. Não será admitido o uso de quaisquer outros materiais de consulta, mesmo que para rascunho, nem será permitida a comunicação com terceiros.
7. O resultado da avaliação, em nota, estará disponível no dia 13 de julho de 2024, após as 12h. Para visualizar o estudante deverá acessar este ambiente virtual e clicar, no menu à esquerda, no link Notas.
8. O gabarito com as respostas consideradas corretas estará acessível neste ambiente virtual, após as 12h, do dia 13 de julho de 2024.
9. O dia 15 de julho de 2024, às 12h, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados por meio do link disponível neste ambiente virtual.

Boa prova!

Equipe Esmesc

1) Assinale a alternativa correta em relação aos pronomes relativos:

I - Abençoada seja o lar cujo teto nos cobre.

II - Vi o museu cujas colunas a todos empolgam.

III - Trata-se de um ser humano cujo coração é de ouro.

IV - Prenderam o criminoso em cujas mãos encontraram a arma.

a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

b) Apenas as alternativas I e III estão corretas.

c) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.

d) Apenas a alternativa IV está errada.

e) Todas as alternativas estão corretas.

2) Leia o texto extraído do Art. 18 da Constituição Federal: “§4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.” O fragmento em destaque – A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual – apresenta um problema, a forma adequada para o período seria:

a) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-á por lei estadual;

b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, se fará por lei estadual;

c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, será feita por lei estadual;

d) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios se farão por lei estadual;

e) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, se farão por lei estadual.

3) “Os jurados possuem poder de decisão; os réus, incertezas e muitos conflitos”. Ainda que do ponto de vista da pontuação, o emprego da vírgula esteja correto, indicando a omissão do sujeito na segunda oração, o que configura a zeugma (figura de linguagem), quanto ao aspecto lexical o verbo foi empregado de forma equivocada, porque:

a) o verbo possuir deve ser empregado para indicar a posse de um objeto ou propriedade;

b) o verbo possuir indica a ideia de algo que se detém ou se tem;

c) o verbo possuir não foi empregado de forma equivocada.

d) o verbo possuir, cuja raiz é poss_, está com sentido de ter e, por isso, seu emprego está adequado na oração.

e) possuir no exemplo indica posse, por isso está adequado.

ESMESC

4) Leia o fragmento “no modo como aquele primeiro, o jurista, encarava seu objeto de estudo.” Ainda que seu uso seja recorrente em textos escritos, o verbo em destaque – encarava – é bastante usual na língua falada. De tal modo, com vista ao plano da expressão, ou seja, enfatizar o modo como se diz, poderia ser substituído sem perda de sentido por:

- a) via;
- b) entendia;
- c) **enfrentava;**
- d) evitava
- e) distorcia.

5) O riso provocado pela tirinha de Quino incide sobre a ambiguidade, a qual se verifica a partir:



- a) do emprego de concerto, grafado com a letra ‘c’;
- b) **da fala do locutor, transcrita como ‘concerto’, mas deveria ser conserto.**
- c) da crítica da menina em relação à qualidade da arte produzida no universo contemporâneo.
- d) do posicionamento do locutor em interromper a transmissão da música;
- e) da incapacidade da menina em compreender o que o locutor fala.

6) Leia o fragmento que segue para responder a questão: “Apesar disso, mesmo com o apego em maior ou menor medida do jurista à lei ou ao direito romano recepcionado, certos tons metafísicos jamais deixaram de participar das construções teóricas dos juristas de então, tendência esta que somente foi interrompida no século XX com a obra de Kelsen.”

Os pronomes demonstrativos retomam ideias já expostas dentro de um texto. Ao empregar ‘estas’, o termo faz referência:

- a) ao apego em maior ou menor medida do jurista à lei;
- b) mesmo com o apego em maior ou menor medida do jurista à lei ou ao direito romano recepcionado;
- c) **certos tons metafísicos jamais deixaram de participar das construções teóricas dos juristas de então;**
- d) ao século XX;
- e) à obra de Kelsen.

7) Leia o fragmento que segue para responder a questão: “Apesar disso, mesmo com o apego em maior ou menor medida do jurista à lei ou ao direito romano recepcionado, certos tons metafísicos jamais deixaram de participar das construções teóricas dos juristas de então, tendência esta que somente foi interrompida no século XX com a obra de Kelsen.”

O termo ‘apesar disso’, poderia ser substituído por outro elemento coesivo sem alteração de sentido. Esse elemento é:

- a) por isso;
- b) portanto;
- c) além disso;
- d) de igual modo;
- e) **todavia.**

8) “Não é por outro motivo que a LGPD menciona, em seu artigo 2º, que a proteção de dados tem por fundamentos, entre outros, o respeito à privacidade (inciso I), a autodeterminação informativa (inciso II), do qual se pode também extrair a necessidade de consentimento, e a inviolabilidade de intimidade, da honra e da imagem (inciso IV)”. A expressão em destaque – do qual – no fragmento retoma a ideia contida somente no inciso II. No entanto, ‘fundamentos’ indica que a ideia do autor seria retomar ambos os incisos. Assim, a redação do texto deveria ser:

- a) da qual se pode também extrair a necessidade de consentimento, e a inviolabilidade de intimidade, da honra e da imagem (inciso IV)”
- b) dos quais se podem também extrair a necessidade de consentimento, e a inviolabilidade de intimidade, da honra e da imagem (inciso IV)”
- c) **das quais se pode também extrair a necessidade de consentimento, e a inviolabilidade de intimidade, da honra e da imagem (inciso IV)”**
- d) de quem se pode também extrair a necessidade de consentimento, e a inviolabilidade de intimidade, da honra e da imagem (inciso IV)”
- e) de quem se podem também extrair a necessidade de consentimento, e a inviolabilidade de intimidade, da honra e da imagem (inciso IV)”

9) Leia o texto: Portanto se vê que, nesse caso, apesar de ser necessário o consentimento expresso, não cabendo interpretações para que este seja manifestado de forma tácita, sua aplicação está restrita à relação jurídica que se dá entre o usuário da rede mundial de computadores e o provedor desse acesso, uma vez que se tem um contrato que deverá ser cumprido pelas partes, emergindo a lei para regular os direitos que os usuários têm nesse ambiente virtual, sem prejuízo das regras estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor, conforme previsão expressa do artigo 7º, inciso XIII da Lei n. 12.965/2014.

Na construção “Portanto se vê”, o pronome oblíquo foi empregado corretamente, devido à presença da conjunção. O mesmo não ocorre em:

- a) “Sendo assim, aplica-se aos mais variados campos da vida social, como nas relações de emprego, de consumo, registros públicos, cadastros privados.”

ESMESC

- b) “Dessa forma, pela pressão que foi imposta por vários setores, principalmente o empresarial, abriu-se margem para que o consentimento do usuário seja tácito.”
c) “Neste ‘círculo geral de fontes’, se deve conceder precedência às fontes novas em detrimento das antigas.”
d) “Vê-se, com essa disposição, a importante atribuição que se dá ao Poder Público para tornar a proteção dos dados pessoais mais do que uma obrigação legal.”
e) “Trata-se, talvez, de um cognitivismo crítico enquanto teoria da interpretação jurídica.”

10) Quanto ao emprego da crase, assinale a alternativa com as respectivas opções corretas dos preenchimentos dos dois espaços do texto.

“Na ‘Era da Informação’, na qual a tecnologia e a comunicação convergem para a pujança da economia digital, as alterações nas relações intersubjetivas do tecido social não são acompanhadas por adequadas subsunções ao direito positivo, ou seja, as construções interpretativas, dentro do sistema jurídico, avançam mais lentamente e, por conseguinte, nem sempre se adequam _____ novas tecnologias, motivo pelo qual há insegurança jurídica em relação _____ incidência dos atuais tributos sobre manifestações de riqueza, advindas do consumo de bens digitais.

- a) a, a.
b) às, a.
c) as, à.
d) às, à.
e) a, às.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Sobre os Tribunais de Contas, com base na jurisprudência do STF, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É inconstitucional norma estadual que veda a participação concomitante de mais de um auditor substituto no Órgão Pleno do Tribunal de Contas.
b) É inconstitucional norma que permita mais de uma reeleição consecutiva para os cargos de direção do Tribunal de Contas Estadual.
c) Os Tribunais de Contas tem ampla competência para declarar leis e atos normativos inconstitucionais em processo de controle de contas.
d) É inconstitucional norma estadual que preveja que os auditores dos Tribunais de Contas emitam pareceres opinativos.
e) Tribunal de Contas pode impor condenação administrativa a Governadores e Prefeitos quando identificada sua responsabilidade pessoal em irregularidades no cumprimento de convênios entre estados e municípios, sem necessidade de aprovação do Legislativo.

2) A competência exclusiva do Senado Federal, prevista no art. 52 da CF/88 é regulada por meio de:

- a) Leis Complementares.
b) Resoluções.

- c) Decretos legislativos.
- e) Leis Ordinárias.
- e) Medidas provisórias.

3) A Súmula Vinculante 46 estabelece que:

- a) A União, Estados e Distrito Federal podem privativamente legislar sobre crimes de responsabilidade.
- b) União e Estados podem legislar para definir crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores.
- c) A definição dos crimes de responsabilidade dos vereadores é competência exclusiva dos municípios.
- d) A definição dos crimes de responsabilidade e das respectivas normas de processo e julgamento é de competência legislativa privativa da União.
- e) O prazo de duração de cassação de deputados estaduais e vereadores pode ser determinado por legislação estadual.

4) O poder Constituinte é um dos temas mais importantes do processo de formação constitucional. Com base na doutrina do poder constituinte assinale a alternativa CORRETA:

- a) O poder constituinte originário surge em momentos que existam rupturas institucionais, sendo que sua formação previsto na Constituição anterior e sua atuação fica condicionada somente aos limites sociais e económicos que orientam como deverá ser o texto da nova Constituição.
- b) O surgimento do poder constituinte originário está ligado a momento de ruptura, sendo exemplos desses momentos situações como a revolução, a derrota em uma guerra, a formação de um novo país, sendo este um dos motivos que podemos considerar que o Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição brasileira de 1988 não foi o exercício de um poder originário.
- c) O caráter ilimitado e incondicionado do poder constituinte originário precisa ser visto com temperamentos, pois o poder constituinte originário não pode ser entendido sem uma vinculação aos valores éticos e culturais de uma comunidade política e tampouco resultar em decisões particulares e totalitárias.
- d) As Cláusulas pétreas são limites a atuação do poder constituinte derivado, estando presentes nas limitações formais e circunstâncias e vinculam o trabalho do poder de revisão da Constituição no sentido de estabelecer quais assuntos poderão ser alterados por este poder.
- e) O Poder Constituinte Originário, em seu trabalho de elaborar a nova Constituição, pode inovar sobre qualquer regra jurídica prevista na Constituição, exceto sobre direitos fundamentais e separação de poderes.

5) O Presidente da República editou uma medida provisória sobre planos de saúde. Ao analisar o projeto de lei de conversão, a Câmara dos Deputados inseriu uma emenda que tratava sobre novas regras para as sociedades anônimas de Futebol (SAF). Com base na jurisprudência do STF podemos AFIRMAR que:

- a) A emenda que insere matéria que não tem pertinência temática com a medida provisória é vedada por ser considerada contrabando legislativo.
- b) A emenda pode ser inserida ao projeto de conversão da medida provisória em razão da autonomia do Congresso Nacional para propor emendas aos projetos de lei.

ESMESC

- c) A emenda pode ser inserida ao projeto de conversão da medida provisória em razão da autonomia do Congresso Nacional para propor emendas aos projetos de lei, desde que não crie aumento de despesas.
- d) A emenda não pode ser inserida ao projeto de conversão da medida provisória em razão de ser vedado ao Congresso Nacional criar emendas em medidas provisórias.
- e) A emenda não pode ser inserida por violar o princípio da separação de poderes.

6) Assinale a alternativa CORRETA sobre o Sistema das Crises:

- a) O Estado de Defesa possui prazo máximo de 60 dias, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.
- b) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de quarenta e oito horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria de votos
- c) O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará, se couber, o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.
- d) O Presidente da República pode decretar o Estado de Sítio e posteriormente enviar ao Congresso Nacional para sua aprovação ou não.
- e) Quando editado o Estado de Defesa se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de cinco dias.

7) Assinale a alternativa CORRETA sobre o Poder Judiciário:

- a) É permitido aos juízes o exercício de atividade político-partidária, desde que solicitem afastamento do cargo durante o período eleitoral.
- b) O juiz titular não precisa residir na respectiva comarca, salvo expressa previsão do tribunal.
- c) A promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.
- d) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros;
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal propor a criação de novas varas judiciais.

8) Em relação a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é INCORRETO afirmar:

- a) Cabe Arguição de Descumprimento de preceito fundamental contra decisão judicial transitada em julgado.
- b) Prefeito municipal não é legitimado para propositura de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental junto ao STF.
- c) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, sendo ação de controle concentrado de constitucionalidade não pode ser utilizada como sucedâneo das vias processuais ordinárias.
- d) Cabe Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental quando se alega que está havendo uma omissão por parte do poder público.
- e) É possível celebrar acordo em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

9) No processo de impeachment o Presidente da República será afastado do cargo quando:

- a) For apresentado o pedido a Câmara dos Deputados.
- b) Quando for autorizada a abertura do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados.
- c) Quando houve a pronúncia por parte do Senado Federal.
- d) Quando fora aprovada a denúncia pelo Senado Federal.**
- e) Quando as duas casas legislativas aprovarem o processo por 2/3 de seus membros.

10) Sobre a liberdade de expressão assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Supremo Tribunal Federal entende que a liberdade de expressão é um direito fundamental absoluto.
- b) O STF firmou entendimento que o Hate Speech (discurso do ódio) é vedado no direito brasileiro.**
- c) As biografias só poderão ser publicadas quando houver expressa autorização do biografado.
- d) As manifestações anônimas estão protegidas pela liberdade de expressão.
- e) Pessoa jurídica não é titular do exercício da liberdade de expressão.

DIREITO CIVIL

1) Os elementos constitutivos secundários que integram o nome com função de distinguir pessoas de uma mesma família, com nomes iguais, denominam-se:

- a) Apelidos de família.
- b) Hipocorísticos.
- c) Cognomes.
- d) Agnomes.**
- e) Honorífico.

2) Sobre a invalidade dos atos e negócios jurídicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Mesmo nos casos em que seja possível a redução do proveito obtido pela parte, deverá o juiz anular o negócio jurídico.
- b) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.**
- c) Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá subsidiariamente com aquele por perdas e danos.
- d) Na lesão, aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores vigentes ao tempo em que foi realizado o distrato do negócio jurídico entre as partes.
- e) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de três anos, a contar da data para conclusão do ato.

3) Sobre o Direito das Coisas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) São expressões sinônimas direito das coisas e direitos reais em nosso Código Civil.
- b) São direitos reais sobre coisas alheias a propriedade, a superfície, a servidão e o usufruto.
- c) A posse é um direito real, conforme a dicção literal de nosso Código Civil.
- d) Não há diferença entre posse e propriedade, pois ambos conferem ao titular da coisa direito de uso, gozo e disposição.

e) São chamadas figuras híbridas aquelas que apresentam características comuns aos dois gêneros (direitos reais e pessoais), a exemplo do que ocorre com as chamadas “obrigações *propter rem*” e as “obrigações reais”.

4) A respeito da posse, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É o direito real que confere ao titular a faculdade de usar a coisa e reavê-la do poder de qualquer pessoa que injustamente a possua ou detenha.
- b) É o poder de fato sobre a coisa, com *animus domini*.
- c) O nosso Código Civil a relaciona entre os direitos reais.
- d) Quem tem a possibilidade de exercício de algum poder de fato sobre a coisa dispõe de posse, mesmo que não tenha contato físico com ela.
- e) Considera-se possuidor aquele que exerce um dos poderes inerentes à propriedade, ou ainda quem tem a possibilidade de exercício desse poder, mesmo em nome alheio.

5) Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- b) A posse indireta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a direta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.
- c) Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- d) Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, contanto que não excluam os dos outros compossuidores.
- e) É justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária.

6) Quanto à solidariedade:

- a) O pagamento parcial implica, por si só, renúncia à solidariedade, a qual deriva direta e implicitamente da aceitação do pagamento apenas parcial.
- b) Com a renúncia à solidariedade quanto a apenas um dos devedores solidários, o credor não mais poderá cobrar do beneficiado nada, nem sequer a sua quota na dívida, permanecendo a solidariedade quanto aos demais devedores, dos quais a dívida pode ser exigida por inteiro.
- c) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.
- d) A renúncia à solidariedade iguala-se à remissão, ficando o devedor inteiramente liberado do vínculo obrigacional, em ambos os casos.
- e) A renúncia à solidariedade em favor de determinado devedor não afasta a hipótese de seu chamamento ao processo.

7) Sobre a boa-fé:

- a) Não há previsão no Código Civil da aplicação do princípio da boa-fé nas fases pré-contratual e pós-contratual, de modo que tal princípio não pode ser aplicado em tais fases, já que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei.
- b) Mesmo que a parte contratante aja contra o princípio da boa-fé, se ela cumpriu o objeto contratado, não se pode dizer que houve alguma espécie de inadimplemento, sendo imperioso concluir que o contrato foi, mesmo assim, inteiramente cumprido.
- c) Cada contrato tem existência isolada. Portanto, não fere a boa-fé seguradora que, ao renovar seguro de vida, modifica como quiser as cláusulas existentes no contrato anterior.
- d) A cláusula geral da boa-fé aplica-se na concretização do contrato, mas não se aplica na atividade de sua interpretação.
- e) Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

8) Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A responsabilidade civil dos pais pelos atos dos filhos menores, prevista no art. 932, inc. I, do Código Civil, não obstante objetiva, pressupõe a demonstração de que a conduta imputada ao menor, caso o fosse um agente imputável, seria hábil para a sua responsabilização.
- b) Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, caracteriza-se a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, sendo dispensada a prova do nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- c) É subjetiva, com presunção de culpa, a responsabilidade do empregador ou comitente por atos de seus prepostos, serviçais ou empregados, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- d) A emancipação voluntária e a legal afastam a responsabilidade dos pais pelos atos de seus filhos.
- e) Considerando que a responsabilidade dos pais pelos atos danosos praticados pelos filhos menores é por culpa presumida, ambos os genitores, no exercício do poder familiar, não são, em regra, solidariamente responsáveis por tais atos.

9) Sobre a proteção legal conferida à pessoa com deficiência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A pessoa com deficiência em nenhuma hipótese poderá casar ou constituir união estável.
- b) É nulo o casamento contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- c) A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbia poderá contrair matrimônio apenas se tiver condições de expressar sua vontade diretamente ao Juiz de Paz.
- d) A pessoa com deficiência poderá testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo-lhe assegurados todos os recursos de tecnologia assistiva.
- e) A pessoa com deficiência poderá praticar os atos da vida civil desde que devidamente assistida por seu curador.

10) Pedro casou com Janete em 2015. Em 2023 Janete, acometida de séria doença, faleceu deixando três filhos menores, frutos do casamento com Pedro. Após o falecimento da esposa, Pedro enamora-se de Maria, irmã de Janete e com ela veio a casar-se exatamente seis meses após a morte da esposa. Diante desse contexto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O casamento entre Pedro e Maria é válido, pois o vínculo da afinidade na linha colateral se extingue com o fim do casamento.
- b) O casamento entre Pedro e Maria é nulo, pois o vínculo do parentesco não se extingue na linha reta.
- c) O casamento entre Pedro e Maria será válido desde que tenha havido prévia autorização judicial.
- d) O casamento entre Pedro e Maria é anulável, pois o vínculo da afinidade não se extingue na linha colateral.
- e) O casamento entre Pedro e Maria é válido desde que tenha sido realizado pelo regime da separação obrigatória de bens.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1) Fulano e Beltrano celebram um contrato de doação de rim. Segundo o pacto, Fulano será doador e Beltrano, donatário. Fulano não cumpre o pactuado e Beltrano ajuíza ação ordinária de cobrança. Citado, Fulano não oferece contestação. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O magistrado deverá julgar improcedente o pedido do autor.

- b) O magistrado deverá resolver o mérito antecipadamente, reconhecendo a incidência do efeito da revelia.
- c) O magistrado deverá indeferir a petição inicial.
- d) O magistrado deverá extinguir o processo por inépcia da inicial.
- e) O magistrado deverá extinguir o processo sem resolução do mérito, em razão da impossibilidade jurídica do pedido.

2) Sobre a competência no processo civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Sempre que o juízo reconhecer a sua incompetência, deverá remeter os autos ao juízo competente, e não extinguir o processo sem resolução do mérito.
- b) A perpetuação da competência define o juízo como competente até o encerramento do processo.
- c) Nas causas que versem sobre direitos reais sobre imóveis, o foro do lugar da coisa será sempre competente em caráter absoluto.
- d) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.
- e) Será de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira o inventário quando o autor da herança tiver domicílio no Brasil.

3) Sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Não suspende o curso do processo.
- b) Pode se dar de ofício pelo magistrado, quando este reconhecer a fraude à execução.
- c) Além dos requisitos legais, se faz necessário provar a má-fé do empresário, que agiu com o intuito de prejudicar terceiros.
- d) Não pode atingir o sócio que não pratica atos de gestão empresarial.
- e) Não pode ocorrer na fase de cumprimento da sentença, pois os sócios não participaram da fase de conhecimento e, com isso, não podem ser atingidos pela coisa julgada.

4) O motorista de um caminhão, a serviço de uma transportadora da qual é empregado, atropela um pedestre. Feito o exame de alcoolemia, é constatada a embriaguez ao volante. Em processo criminal, a sentença condenou o motorista pelo crime de lesão corporal com dolo eventual. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Caberá à vítima promover o cumprimento forçado dessa sentença junto ao juízo cível.
- b) Considerando que o empregador é responsável objetiva e solidariamente pelos atos dos seus empregados, a vítima poderá propor o cumprimento de sentença contra a transportadora.
- c) Caberá à vítima promover a liquidação dessa sentença junto ao juízo que a proferiu.
- d) Caberá à vítima promover a liquidação dessa sentença colocando exclusivamente o motorista no polo passivo.
- e) Caberá à vítima promover a liquidação dessa sentença colocando o motorista e a transportadora no polo passivo.

5) A boa-fé é norma fundamental do processo civil e deve ser observada no processo de execução. Atos contrários à dignidade da justiça devem ser prontamente repelidos e sancionados. Sobre os deveres de lealdade no processo de execução e cumprimento de sentença, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Diante do direito à ampla defesa, o executado pode se recusar a indicar quais são e onde estão os seus bens sujeitos à penhora.
- b) O executado que causar embaraços ao cumprimento da sentença está sujeito à multa em favor do Estado, salvo no caso de obrigação de pagar quantia certa.
- c) O executado que descumprir injustificadamente obrigação de entrega de coisa fixada em sentença está sujeito às sanções por litigância de má-fé.

d) O executado que frauda a execução pratica ato atentatório à dignidade da justiça e está sujeito à multa em favor do Estado.

e) Diante da existência de elementos, o juiz poderá dispensar a intimação do terceiro adquirente e reconhecer de plano a fraude à execução.

6) Em quais situações que o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido poderá negar seguimento ao recurso interposto. Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA.

a) Quando o tribunal recorrido tenha refutado o juízo de Retratação.

b) Encaminhar o processo ao órgão julgador para a possível retratação.

c) Sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo.

d) Selecionar o recurso como representativo de Controvérsia.

e) Quando o recurso discutir questão constitucional a qual STF não tenha reconhecida a repercussão geral, ou quando o Recurso Especial é interposto contra acórdão que esteja em conformidade com o entendimento do STJ, exarado em regime de julgamento de Recursos Repetitivos.

7) Quais são os requisitos legais para que ocorra a afetação do Recurso a Julgamento Repetitivo? Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA.

a) A identificação, pelo relator da questão a ser submetida a julgamento.

b) O relator determinará a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos que versarem sobre a questão e tramitem no território nacional.

c) A requisição, pelo relator, aos presidentes ou aos vice-presidentes dos tribunais de justiça ou de tribunal regional federal a remessa de recurso representativo de controvérsia.

d) A seleção, pelo relator de dois ou mais recursos representativos de controvérsia.

e) Os requisitos para a afetação são a multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais e a idêntica questão de direito.

8) Sobre os procedimentos especiais de jurisdição voluntária, assinale a CORRETA:

a) Trata-se de administração privada de interesses públicos.

b) Existe de fato lide, pois não há como existir ação judicial sem pretensão resistida.

c) Como não se trata de exercício da jurisdição propriamente dita, não há sentença, mas sim, mesmo ao final do procedimento, decisão. Por isso, não cabe apelação, mas somente agravo.

d) Na jurisdição voluntária, o juiz pode adotar a solução que entender mais conveniente ou oportuna para o caso concreto, não estando adstrito à legalidade estrita.

e) Como o juiz não é obrigado a observar a legalidade estrita nos procedimentos de jurisdição voluntária, não está também obrigado a fundamentar a decisão exaustivamente, podendo apenas motivar a decisão dizendo que a solução dada é a mais adequada ao caso concreto.

9) Nas ações de inventário e arrolamento, assinale a CORRETA:

a) O inventário objetiva apurar os bens do falecido, pagar credores e tributos, e dividir o que sobrar entre os sucessores.

b) Se todos forem capazes, o inventário e a partilha poderão ser feitos por escritura pública, a qual constituirá documento hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras, ainda que nem todos estejam de acordo, caso em que o Tabelião dirimirá as discordâncias.

c) O inventário deve ser proposto em doze meses, ultimando-se no prazo de cinco anos.

d) Incumbe ao inventariante alienar bens de qualquer espécie e transigir em juízo ou fora dele, podendo fazê-lo sem autorização do juiz se todos os sucessores estiverem de acordo.

e) Pode ser adotada de arrolamento, que possui rito mais simples, se o valor dos bens do espólio for inferior a dez salários mínimos. Nesse caso, após a assinatura do termo pelo inventariante, ele deverá apresentar, já com as primeiras declarações, a atribuição de valor dos bens do espólio e o plano de partilha.

10) Quanto aos embargos de terceiro, assinale a INCORRETA:

- a) O cônjuge do devedor tem legitimidade para opor embargos de terceiro para defesa de sua meação.
- b) Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento antes do trânsito em julgado da sentença e, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, em até cinco dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.
- c) **É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel, se provido do respectivo registro.**
- d) A prova sumária da posse, para fins de concessão de liminar, pode ser feita oralmente, em audiência especificamente designada para tal finalidade.
- e) Se os embargos são acolhidos, os honorários advocatícios serão arbitrados com base no princípio da causalidade. Ou seja, tocarão ao embargante se ele não atualizou os dados cadastrais do bem. Por outro lado, tocarão à embargada se esta, depois de tomar ciência da transmissão do bem, apresentar ou insistir na impugnação ou recurso para manter a penhora sobre o bem cujo domínio foi transferido para terceiro.

DIREITO PENAL

1) Assinale a alternativa CORRETA.

- a) O crime de furto se admite nas formas dolosa e culposa.
- b) **O crime de roubo é crime comum, complexo, material, de dano, forma livre, comissivo.**
- c) O crime de furto é crime próprio, necessitando qualidade especial do sujeito passivo.
- d) Para fins de furto, a res furtiva não precisa ter valor econômico.
- e) O crime de furto não admite nenhum tipo de violência.

2) Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Para fins de furto, o rompimento ou destruição de obstáculo à subtração da coisa configura causa de aumento especial de pena.
- b) Para fins de furto, o furto praticado durante o repouso noturno configura qualificadora.
- c) **Para fins de furto, o rompimento ou destruição de obstáculo à subtração da coisa configura qualificadora.**
- d) Pode haver furto de imóvel, segundo o art. 155 caput do Código Penal.
- e) Não pode haver furto de semovente.

3) Assinale a alternativa CORRETA.

- a) **Pode haver crime de roubo sem emprego de violência ou grave ameaça à pessoa.**
- b) O crime de roubo não admite tentativa.
- c) Roubo consumado mais homicídio consumado configura latrocínio tentado.
- d) O crime de roubo é crime comum, complexo, formal, de dano, forma livre, comissivo.
- e) Considera-se praticado o crime apenas no momento da ação ou omissão.

4) Assinale a alternativa CORRETA.

- a) O crime de extorsão é material, de forma livre, e comissivo.
- b) O crime de dano admite o dolo e culpa.
- c) O crime de dano é comum, formal, de forma livre, comissivo.
- d) **O crime de dano admite somente a forma dolosa.**
- e) O resultado, de que depende a existência do crime, pode ser imputável a quem lhe deu causa.

5) Assinale a alternativa CORRETA.

- a) A apropriação indébita se pune a título de dolo e culpa.
- b) A apropriação indébita é qualificada quando o agente recebeu a coisa em razão de ofício, emprego ou profissão.
- c) Para fins de apropriação indébita, a coisa alheia a ser apropriada deve ser móvel.
- d) A apropriação indébita é crime material, de forma vinculada.
- e) Diz-se o crime culposos, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, erro ou imperícia.

6) Assinale a alternativa CORRETA.

- a) No estelionato, a conduta do sujeito ativa é dirigida à obtenção de vantagem ilícita em prejuízo alheio.
- b) O estelionato pode ser doloso e culposos.
- c) No art. 171 caput do Código Penal, a expressão qualquer outro meio fraudulento cuida de analogia.
- d) O estelionato é crime comum, somente omissivo, de forma vinculada, de dano, plurissubsistente.
- e) Ofender alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação, constitui o crime de injúria.

7) Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Para fins de receptação, não há necessidade da ocorrência de crime anterior.
- b) Para fins de receptação, há necessidade da ocorrência de crime anterior, ainda que não se saiba quem seja ou autor.
- c) Para fins de receptação, há necessidade de condenação do crime prévio.
- d) O crime de receptação é punido somente a título de dolo.
- e) Não constituem calúnia, injúria ou difamação punível, a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurado.

8) Assinale a alternativa CORRETA.

- a) No crime de estupro somente a mulher pode ser sujeito passivo.
- b) Para fins de crime de ato obsceno, o ato pode ser praticado em local fechado.
- c) A tolerância das autoridades, no caso do crime de casa de prostituição, exclui o delito.
- d) A tolerância das autoridades, no caso do crime de casa de prostituição, não exclui o delito.
- e) O crime de ameaça é um crime material.

9) Assinale a alternativa CORRETA.

- a) O crime de estupro admite as formas dolosa e culposa.
- b) O crime de estupro de vulnerável é crime comum, de forma vinculada, e comissivo.
- c) O crime de estupro é crime contra os costumes.
- d) O crime de constrangimento ilegal é crime formal.
- e) O crime de casa de prostituição necessita de habitualidade.

10) Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Vulnerável, para fins de estupro, é a pessoa menor de 16 anos.
- b) Vulnerável, para fins de estupro, é a pessoa menor de 14 anos.
- c) Vulnerável, para fins de estupro, é a pessoa com 14 anos ou menos.
- d) Vulnerável, para fins de estupro, é a pessoa menor de 18 anos.
- e) Admite-se a figura do dano culposos.

1) Considerando os princípios que regem o processo penal, aponte dentre as alternativas abaixo aquela que NÃO PODE ser tida como verdadeira.

- a) Segundo o princípio “favor rei”, havendo interpretações antagônicas de uma norma processual penal, deve ser acolhida aquela mais favorável ao réu.
- b) Pode o magistrado, em face do princípio da busca da verdade real, eventualmente determinar de ofício a produção de provas para sanar dúvida sobre ponto relevante.
- c) Em respeito ao princípio do estado de inocência, impossível a prisão de acusado antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, mesmo que cautelarmente.
- d) O princípio da indisponibilidade veda que o Ministério Público possa desistir da ação penal e do recurso que tenha interposto.
- e) Apesar de não existir dispositivo específico na Constituição Federal, o princípio do duplo grau de jurisdição nela é implícito, sendo explícito, todavia, no Pacto de São José da Costa Rica, incorporado ao sistema jurídico pátrio.

2) O inquérito policial possui regras e características próprias, sendo ACERTADO a respeito afirmar.

- a) Ao tomar conhecimento da prática de delito, qualquer que seja sua natureza, deverá a autoridade policial determinar de ofício a abertura de inquérito policial a fim de buscar elementos sobre sua materialidade e autoria para subsidiar eventual ação penal.
- b) O inquérito policial é o principal instrumento investigativo para apurar a existência de eventual prática delituosa, todavia não é obrigatório, podendo ser a ação penal proposta com base em elementos colhidos em outros procedimentos ou informações.
- c) Havendo decisão judicial fundamentada, pode ser decretada a incomunicabilidade do preso indiciado por até três dias.
- d) A dita indisponibilidade do inquérito não obsta que a autoridade policial archive o procedimento instaurado quando verificar a existência de causa excludente de ilicitude.
- e) Como não há previsão legal para intervenção do assistente da acusação nesta fase, não poderá o ofendido ou seu representante legal requerer diligências na investigação ao responsável pela condução do inquérito policial.

3) Tendo em conta as espécies de ação penal e suas peculiaridades, indique dentre as assertivas abaixo elencadas aquela que apresenta ERRONIA.

- a) A representação, no caso de ação penal pública condicionada, é considerada condição de procedibilidade.
- b) Até o recebimento da denúncia poderá o ofendido retratar-se da representação oferecida, impedindo assim o prosseguimento da ação penal.
- c) Não há que se falar em perempção na ação penal pública condicionada, eis que fenômeno afeto, por excelência, à ação penal privada.
- d) O perdão, na ação penal privada, pode ser aceito por procurador, desde que outorgada procuração com poderes especiais para tanto.
- e) O Ministério Público não pode desistir da ação penal ajuizada.

4) As provas produzidas no processo penal são “os olhos do processo”, através das quais o magistrado poderá, dentro do sistema da persuasão racional, fundamentar sua decisão. Quanto ao tema, indique a única assertiva VERDADEIRA.

- a) É permitido ao juiz determinar de ofício a produção de provas (diligências) a fim de esclarecer dúvida sobre ponto que entenda relevante.
- b) As pessoas proibidas de depor, em hipótese alguma, podem ser dispensadas do seu dever de sigilo.
- c) Nos delitos que deixam vestígios, não tendo sido realizado o exame de corpo de delito, pode ser este dispensado se existir prova indireta de tal, assim como também se o acusado confessar o fato.

- d) Imprescindível nomear curador ao chamado réu menor, ou seja, com menos de 21 anos de idade, quando de seu interrogatório.
e) Pode o juiz fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos colhidos no inquérito policial, desde que não impugnados pelas partes.

5) De acordo com a legislação processual e os princípios inerentes aos recursos no processo penal, indique a assertiva CORRETA.

- I – Os embargos infringentes e de nulidade são de manejo obrigatório caso se deseje interpor recurso especial ou extraordinário da parte que não foi unânime, a fim de esgotar a jurisdição.
II – O chamado juízo de prelibação (admissibilidade) dos recursos, quando realizado em primeira instância, não é definitivo, ou seja, poderá ser revisto em superior instância.
III – Há recursos com previsão na Constituição Federal, na legislação federal e nos regimentos internos dos Tribunais.
IV – O rol de hipóteses de cabimento do recurso em sentido estrito no Código de Processo Penal é exemplificativo, e não exaustivo.
V – Cabe recurso em sentido estrito contra a decisão que não admitir o assistente da acusação no feito.
VI – Diante do princípio da unirrecorribilidade, a interposição de mais de um recurso contra a mesma decisão é impossível, não havendo exceção.
a) Apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.
b) Apenas as alternativas IV e VI são falsas.
c) Há apenas uma alternativa falsa.
d) Apenas as alternativas II, III e VI são verdadeiras.
e) Todas as alternativas são verdadeiras.

6) São requisitos para a decretação da prisão preventiva, EXCETO:

- a) Necessidade de garantia da ordem pública;
b) Prática de crime doloso com pena mínima superior a 4 anos;
c) Reincidência em crime doloso;
d) Existência de dúvida sobre a identidade civil;
e) Necessidade de garantir a execução de medida protetiva;

7) Na audiência de custódia, DEVERÁ o juiz questionar:

- a) se houve violência policial durante a prisão;
b) se o agente possui filhos menores de idade;
c) se o agente praticou o delito;
d) se o agente possui algum tipo de deficiência;
e) se foi possibilitada a comunicação da prisão aos familiares;

8) Assinale a alternativa CORRETA:

- I. Considera-se em flagrante quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração;
II. A jurisprudência dos Tribunais Superiores é pacífica de que o Juiz poderá decretar a prisão preventiva do agente no caso em que o Ministério Público, apesar de não requerê-la, solicita medidas cautelares diversas da prisão.
III. É possível a realização de audiência de custódia por videoconferência em casos excepcionais.
IV. A ausência de revisão da prisão preventiva em até 90 dias culminará automaticamente na soltura do agente.
a) Apenas I, II e III estão certas.
b) Apenas II está certa.
c) Apenas I e IV estão certas.
d) Apenas II, III e IV estão certas.
e) Apenas I e III estão certas.

ESMESC

9) Sobre as decisões no rito do Tribunal do Júri e seus respectivos recursos, assinale a alternativa CORRETA de acordo com a legislação processual penal.

- a) É cabível a interposição de recurso em sentido estrito contra a sentença de absolvição sumária, porque a acusação pretende que o processo continue.
- b) A decisão de impronúncia admite juízo de retratação.
- c) Na pronúncia, não pode o juiz se limitar à mera indicação da materialidade do fato e dos indícios de autoria ou de participação, devido ao princípio constitucional da fundamentação das decisões (art. 93, inc. IX, da CF).
- d) Caso fique provado que o fato imputado não constitui infração penal, o acusado deverá ser impronunciado, tendo a decisão força de coisa julgada.
- e) A pronúncia do acusado por crime doloso contra a vida acarreta a prorrogação da competência do Tribunal do Júri, uma vez que o Conselho de Sentença também apreciará e julgará o crime conexo.

10) Acerca da segunda fase do rito do Tribunal do Júri e suas particularidades, assinale a alternativa CORRETA segundo a legislação processual penal:

- a) O Tribunal do Júri é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente, e por 25 (vinte e cinco) jurados que serão sorteados dentre os alistados, sendo que esta coletividade é chamada de Conselho de Sentença.
- b) Durante o julgamento será permitida a leitura de qualquer documento ou a exibição de qualquer objeto, mesmo que ainda não tiver sido juntado aos autos, em homenagem ao exercício da ampla defesa.
- c) Ao receber os autos, o presidente do Tribunal do Júri determinará a intimação do órgão do Ministério Público ou do querelante, no caso de queixa, e do defensor, para, no prazo de cinco dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de cinco, oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligência.
- d) Durante os debates as partes poderão fazer referências à decisão de pronúncia ou às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação sem que isso gere qualquer nulidade ao julgamento.
- e) Os jurados poderão comunicar-se entre si e manifestar sua opinião sobre o processo, desde que não a externalizem para outras pessoas, sendo assegurado o sigilo no momento da votação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1) O princípio que instrumentaliza a Administração para a revisão de seus próprios atos, consubstanciando um meio adicional de controle da sua atuação e, no que toca ao controle de legalidade, representando potencial redução do congestionamento do Poder Judiciário, denomina-se:

- a) razoabilidade.
- b) proporcionalidade.
- c) autotutela.
- d) eficiência.
- e) autoexecutoriedade.

2) A licitação consiste em procedimento complexo que, além de outros requisitos, deve ser composta por diversos agentes com competências diferentes. Essa definição traduz o princípio da:

- a) transparência.
- b) eficácia.
- c) eficiência.
- d) segregação de funções.
- e) segurança jurídica.

ESMESC

3) É exemplo da desconcentração, tal como entendida pela doutrina administrativa, a criação de:

- a) uma agência reguladora.
- b) uma empresa pública.
- c) uma fundação pública.
- d) um ministério.
- e) uma organização social.

4) Quanto à discricionariedade e à vinculação da atuação administrativa, pode-se afirmar CORRETAMENTE.

- a) O ato administrativo será discricionário quando a lei não deixar margem de liberdade para a atuação do administrador e fixar a sua única maneira de agir diante do preenchimento de determinados requisitos.
- b) A conveniência e a oportunidade de realização dos atos constituem o mérito administrativo presente nos atos vinculados e passível de controle pelo Poder Judiciário.
- c) A admissão de servidor público é ato administrativo discricionário típico, assim como a permissão de uso de bem público é exemplo clássico de ato administrativo vinculado.
- d) A licença para construir é exemplo de ato administrativo discricionário e a autorização de porte de arma é exemplo de ato administrativo vinculado.
- e) A discricionariedade presente num ato administrativo nunca é total, pois, em geral, ao menos a competência, a forma são elementos definidos em lei e, portanto, vinculados.

5) No que se refere ao controle dos atos administrativos, é CORRETO afirmar que possuem efeitos retroativos:

- a) a revogação, a anulação e a convalidação de tais atos.
- b) apenas a anulação e a convalidação de tais atos.
- c) a revogação e a anulação de tais atos, apenas.
- d) apenas a revogação e a convalidação de tais atos.
- e) apenas a convalidação de tais atos.

6) A investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, é:

- a) a reversão.
- b) a readaptação.
- c) a reintegração.
- d) a recondução.
- e) a transferência.

7) Sobre o tema improbidade administrativa assinale a alternativa CORRETA.

- a) Estagiário de banco público que faz operações fraudulentas, debitando contas de clientes e creditando os valores em sua própria conta é exemplo de dano ao erário.
- b) O agente público que adquire ambulância com superfaturamento incorre no tipo descrito no artigo 10 da Lei de Improbidade, qual seja, o de atos que importem em dano ao erário.
- c) Fiscal que cobra propina para não autuar pratica improbidade na modalidade ferir princípios da Administração Pública.
- d) O transporte de terceiros a outro município em veículo oficial pode gerar improbidade na modalidade enriquecimento ilícito.
- e) A bolsa de estudo recebida mediante declaração falsa não se caracteriza como improbidade administrativa.

8) Sobre responsabilidade civil do estado, assinale a afirmativa CORRETA.

- a) Como regra o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria do risco administrativo, exigindo a presença de nexo de causalidade e admitindo causas excludentes da responsabilidade civil do Estado.
- b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público é objetiva relativamente aos usuários do serviço, não se estendendo a pessoas outras que não ostentem a condição de usuário.
- c) Em nenhuma hipótese o Estado responderá por atos judiciais ou legislativos que causem danos.
- d) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou contra a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte passiva legitimada para a ação o autor do ato, com a finalidade de assegurar o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa.
- e) Na hipótese de danos causados a terceiros, em decorrência de atentado terrorista que venha a ser praticado contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, não há consequência patrimonial para a União.

9) Em relação ao poder de polícia é INCORRETO afirmar que a:

- a) sua finalidade só deve atender ao interesse público, sendo injustificável o seu exercício para beneficiar ou prejudicar pessoa determinada.
- b) a Administração Pública exerce tal poder, dentre outras formas, por meio de atos administrativos com características preventivas, com o fim de adequar o comportamento individual à lei, como ocorre na autorização.
- c) a Administração Pública exerce tal poder, dentre outras formas, por meio de atos administrativos com características repressivas, com o fim de coagir o infrator a cumprir a lei, como ocorre na interdição de um estabelecimento.
- d) a Administração Pública pode exercer tal poder revestida de atributos, tais como, autoexecutoriedade e coercibilidade, mas nem sempre presentes.
- e) a Administração Pública sempre atuará com discricionariedade, pois, ao limitar o exercício dos direitos individuais, poderá decidir qual o melhor momento para agir.

10) Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa CORRETA quanto a intervenção na propriedade.

- a) Servidão administrativa é o ônus real (*pati* – suportar) que recai sobre um bem, em favor do interesse público, mediante indenização dos prejuízos verificados. Em regra é gratuita. Pressupõe necessidade não transitória, por isso é definitiva.
- b) Requisição administrativa é a utilização coativa de bem particular para atendimento de necessidades urgentes e transitórias (iminência de perigo). Não cabe indenização em qualquer hipótese, já que é dever de todos agir com solidariedade em situações de emergência.
- c) Limitação administrativa é a imposição geral e onerosa de condicionamentos ao exercício de direitos ou atividades em razão do bem comum (*non facere* – não fazer).
- d) Tombamento implica em limitação perpétua, parcial ou total, sobre determinado bem de interesse histórico, paisagístico. O bem pode ser reformado sem aviso prévio ao IPHAN ou mesmo retirado do país para exposição, caso seja bem móvel.
- e) Caso o proprietário do imóvel tombado não tenha dinheiro para reformar o bem, o IPHAN não custeará a reforma, sob pena de enriquecimento sem causa para o proprietário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1) De acordo com a previsão constitucional acerca do Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A contribuição de melhoria, tributo que pode ser instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, é de competência exclusiva da União.

- b) A competência tributária é indelegável, mas a atribuição das funções de arrecadar os tributos, poder ser delegada.
- c) A renda ou serviços e o patrimônio dos entes tributantes é alvo de imunidade, denominada de “imunidade recíproca”.
- d) As taxas podem ser cobradas pela utilização efetiva de um serviço público específico e divisível, bem como por sua utilização potencial.
- e) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação que deve decorrer, obrigatoriamente de uma atividade estatal específica, relativa ao contribuinte individualmente.

2) Tributo é:

- a) Toda prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa discricionária.
- b) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- c) Toda prestação pecuniária facultativa, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa discricionária;
- d) Toda prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada;
- e) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa discricionária.

3) Acerca do Crédito Tributário e de seu Lançamento assinale a alternativa CORRETA.

- a) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- b) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário, enquanto esteja em vigor, dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso.
- c) O lançamento efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação, é denominado de lançamento por homologação.
- d) A revisão do lançamento pode ser efetuada de ofício, podendo ser iniciada a qualquer tempo.
- e) No Sistema Tributário Brasileiro é vedada a apuração do valor do tributo devido através do método de Arbitramento.

4) Assinale, a opção que, segundo decorre do Código Tributário Nacional, contém afirmação VERDADEIRA:

- a) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída. A presunção, neste caso, é relativa.
- b) A dívida ativa na qual exista erro ou omissão apenas de requisitos formais não é eivada de nulidade.
- c) A nulidade da CDA (certidão de dívida ativa) poderá ser sanada mesmo após o ajuizamento da execução fiscal, a qualquer momento ou instância processual, mediante substituição da certidão nula. Neste caso, deve ser reaberto prazo ao sujeito passivo para defesa, caso esta já tenha sido apresentada, ou reaberto prazo recursal, caso a substituição se dê após a sentença.
- d) O contribuinte contra o qual conste créditos tributários já inscritos em dívida ativa e com a execução fiscal ajuizada, mesmo que garantida por penhora do valor total executado, não possui direito a obter certidão positiva com efeitos de negativa.
- e) A certidão positiva com efeitos de negativa, em qualquer caso, somente pode ser emitida mediante prévio depósito do montante integral do tributo devido pelo sujeito passivo da obrigação tributária.

5) Acerca das Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, na forma disposta no Código Tributário Nacional, assinale a opção CORRETA.

- a) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, sem qualquer ressalva.
- b) No caso de falência, as multas tributárias serão pagas na mesma ordem de preferência das dívidas decorrentes de tributos propriamente ditos.
- c) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza da obrigação tributária correspondente.
- d) Não há qualquer tipo de concurso de preferências entre os diversos entes tributantes, recebendo todos ao mesmo tempo, no caso de execução concursal.
- e) Presume-se fraudulenta a alienação de qualquer bem pelo sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, ainda que o patrimônio do devedor seja suficiente ao total pagamento da dívida.

6) Assinale a opção CORRETA a partir das assertivas abaixo apresentadas.

- (I) A isenção e a anistia, segundo o Código Tributário Nacional, excluem o crédito tributário.
 - (II) A concessão de parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário.
 - (III) A remissão suspende a exigibilidade do crédito tributário.
 - (IV) Não é admitida transação em matéria tributária em nenhuma hipótese.
- a) São corretas as assertivas I e II.
 - b) Todas assertivas são falsas.
 - c) São corretas apenas II e IV.
 - d) São corretas as assertivas I, II e III.
 - e) Todas assertivas são corretas.

7) Assinale a alternativa CORRETA sobre princípios constitucionais tributários:

- a) A revogação de benefício fiscal não observa o princípio da anterioridade tributária.
- b) É defeso, ao Município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- c) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária sujeita-se ao princípio da anterioridade.
- d) O princípio da seletividade autoriza a tributação sobre operações de energia elétrica em patamar superior ao das operações em geral.
- e) O princípio da proibição de confisco não se aplica a multas tributárias.

8) Marque a CORRETA sobre taxas:

- a) Trata-se de tributo de competência privativa.
- b) Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição taxa judiciária calculada sobre o valor da causa.
- c) A taxa de incêndio é inconstitucional.
- d) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- e) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.

9) Sobre a legislação tributária:

- a) Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
- b) Interpreta-se extensivamente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção.
- c) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos, formas e para definição dos respectivos efeitos tributários.
- d) A lei tributária pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições

dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

e) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando favorável ao contribuinte.

10) A responsabilidade tributária de administradores de sociedades empresárias é, em relação à pessoa jurídica:

- a) Inexistente.
- b) Divisível.
- c) Originária.
- d) Subsidiária.
- e) **Solidária.**

DIREITO EMPRESARIAL

1) A Lei. N. 11.101/25/2005, alterada pela Lei n. 14.112/2020, trata da recuperação judicial e da falência da empresa. Dentre as afirmativas, assinale a CORRETA. Estão sujeitos a recuperação judicial ou a falência, segundo a legislação brasileira:

- a) Empresa pública.
- b) Sociedade de Economia Mista.
- c) **O empresário e a sociedade empresária.**
- d) A cooperativa de crédito.
- e) O consórcio.

2) A Lei. N. 11.101/25/2005, alterada pela Lei n. 14.112/2020, ao disciplinar a falência do devedor empresário, estabelece uma ordem de pagamento aos credores o que denomina de "Classificação dos Créditos". Dentre as alternativas, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) As remunerações devidas ao administrador judicial e aos seus auxiliares, aos reembolsos devidos a membros do Comitê de Credores, são considerados créditos concursais.
- b) Os créditos quirografários, tais como os saldos dos créditos derivados da legislação trabalhista que excederem o limite estabelecido na Lei prevalecem a todos os demais créditos na ordem de classificação.
- c) Os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado são considerados créditos extraconcursais.
- d) **Os créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho são considerados créditos concursais.**
- e) As quantias fornecidas à massa falida pelos credores são créditos concursais.

3) A legislação brasileira, com o advento da Lei n. 10.406/2002 (Código Civil), passou adotar a Teoria dos Atos de Empresa, denominado de Direito de Empresa. Examine as alternativas e assinale a CORRETA:

- a) A sociedade adquire personalidade jurídica a partir das assinaturas dos sócios nos atos constitutivos.
- b) **Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.**
- c) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, deve requerer inscrição no Registro Público de empresas Mercantis da respectiva sede.
- d) Independentemente de seu objeto, todas as sociedades podem se constituir na modalidade de sociedade empresária ou sociedade simples.

ESMESC

e) Também são considerados empresários os que exercem profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística.

4) O Código Civil (Lei. N. 10.406/2002), prevê e disciplina as sociedades nas mais diversas modalidades. Leia as alternativas e, dentre elas, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Na sociedade cooperativa, cada sócio tem direito a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação.
- b) Na sociedade em comum, modalidade de sociedade não personificada, os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.
- c) Na sociedade em conta de participação existem duas modalidades de sócios: o sócio ostensivo e o sócio participante. A atividade constitutiva do objeto social nessa sociedade é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua responsabilidade.
- d) Na sociedade em comandita simples, tomam parte duas categorias de sócios: os sócios comanditados, pessoas físicas, respondem solidaria e ilimitadamente pelas obrigações sociais e os sócios comanditários, que se obrigam limitadamente pelo valor de sua quota na sociedade.
- e) Na sociedade em nome coletivo, sociedade não personificada, somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais e a administração da sociedade compete exclusivamente a sócios.

5) A sociedade anônima, modalidade de sociedade empresária, é regida pela Lei n. 6.404/76 e suas alterações. Leia as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

- a) O capital social da sociedade anônima é dividido em ações que poderão ser ordinárias, preferenciais e de fruição. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da assembleia geral.
- b) A sociedade anônima poderá, como forma de captar recursos financeiros para atender seus compromissos, emitir títulos estranhos ao capital social, tais como: partes beneficiárias, bônus de subscrição, debêntures e letra de câmbio.
- c) As sociedades anônimas podem ser de capital aberto ou de capital fechado e em ambos os tipos societários suas ações são negociáveis no mercado de valores mobiliários.
- d) A diretoria da sociedade anônima deverá ser composta por 2 (dois) ou mais membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo conselho de administração ou, se inexistente, pela assembleia geral e o estatuto social.
- e) O capital social da sociedade anônima poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro e prestação de serviços.

6) O Código Civil (Lei n. 10.406/2002), ao tratar do direito societário disciplina sobre a sociedade limitada. Leia as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

- a) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas, sócias, e designadas no contrato social ou em ato separado.
- b) A sociedade limitada pode ser constituída por 1 ou mais pessoas e o contrato social poderá prever a regência supletiva pelas normas da sociedade anônima.
- c) O capital social da sociedade limitada é dividido em quotas e pode ser integralizado com dinheiro, bens suscetíveis de avaliação e prestação de serviços.
- d) Na sociedade limitada, independentemente da integralização ou não da totalidade do capital social, a responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor de suas quotas, sem presunção de responsabilidade solidária.
- e) As deliberações dos sócios na sociedade limitada, independentemente do número de sócios, serão sempre tomadas em assembleia geral.

7) De acordo com a Lei n.10.406/02 (Código Civil) e a Lei n. 6.404/76 (LSA) e suas alterações assinale, dentre as afirmativas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As companhias e quaisquer outras sociedades, sob o mesmo controle ou não, podem constituir consórcio para executar determinado empreendimento, O consórcio não tem personalidade jurídica.
- b) As sociedades anônimas de economia mista terão obrigatoriamente Conselho de Administração e o Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento permanente.
- c) A transformação é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo societário para outro e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição próprios do tipo em que vai converter-se.
- d) A incorporação de sociedades é a operação pela qual uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações e resultará em uma nova personalidade jurídica, ou seja, uma nova sociedade
- e) Consideram-se coligadas as sociedades que, em suas relações de capital, são controladas, filiadas ou de simples participação.

8) A legislação brasileira disciplina sobre os títulos de crédito. Dentre afirmativas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A nota promissória, título emitido pelo devedor ao credor em decorrência de uma obrigação é uma promessa de pagamento e sempre emitida para pagamento à vista
- b) Toda letra de câmbio, mesmo que não envolva expressamente a cláusula à ordem, é transmitida por via de endosso e o endosso parcial é nulo.
- c) No cheque, a morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão invalidam o efeito do cheque.
- d) A duplicata é um título causal emitida pelo vendedor. A perda ou extravio da duplicata não resulta em obrigação do vendedor em extrair triplicata.
- e) O cheque é pagável à vista. Considera-se não escrita qualquer menção em contrário. No caso de cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão este não será pago.

9) A Lei n. 10.406/02 (Código Civil) disciplina o direito de empresa. Assinale, de acordo com a legislação vigente, dentre as afirmativas, a alternativa CORRETA:

- a) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas em seus atos.
- b) Independentemente do regime de casamento, é permitido aos cônjuges contrair sociedade entre si ou com terceiros.
- c) O sócio, em uma sociedade, poderá ser substituído no exercício de suas funções, mesmo sem o consentimento dos demais sócios, expresso em modificação do contrato social.
- d) O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, não responde pela evicção.
- e) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

10) A legislação brasileira, ao tratar do direito cambiário, disciplina sobre cheque, letra de câmbio, nota promissória e duplicata. De acordo com a legislação em vigor, dentre as afirmativas, assinale a INCORRETA:

- a) No ato da emissão da fatura, dela poderá ser extraída uma duplicata. Uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura.
- b) Na letra de câmbio o aceite é puro e simples, mas o sacado pode limitá-lo a uma parte da importância.
- c) A nota promissória é um título causal, uma vez que a obrigação que lhe originou consta do título e necessita do aceite para se completar.

ESMESC

d) As empresas, individuais ou coletivas, fundações e as sociedades simples, antigas civis, que se dediquem a prestação de serviços, poderão, também, na forma da Lei, emitir fatura e duplicata de prestação de serviços.

e) O cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação.